

A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A REFORMA AGRÁRIA POPULAR¹

Adalberto Martins (Pardal)²

*“Dos campos, das cidades, das frentes, dos palácios,
os sem-terra, este povo de beira de quase tudo,
retiram suas lições de semente e história.
Assim, espremidos nessa espécie de geografia perdida,
que sobra entre as estradas por onde passam os que têm para onde ir
e as cercas onde estão os que têm onde estar,
os sem-terra fazem o que sabem fazer: plantam.
Plantam porque sabem que terão apenas o almoço que puderem colher,
assim como sabem que terão um país que puderem conquistar.” (Pedro Tierra)*

Nunca em nossa história ficou tão evidente o problema agrário no Brasil. Por mais que a propaganda tente nos enganar, não dá para esconder, as sucessivas nuvens de fumaça do desmatamento, nuvens de poeiras da intensa mecanização pesada, chuvas torrenciais, enchentes, seca severas; alterações tão profundas e dramáticas que a sociedade brasileira fica embasbacada com tais situações (quem em sã consciência imaginaria a seca de rios caudalosos como os rios na Região Amazônica?). E agora, mais recentemente, uma nova onda de aumento nos preços dos alimentos, desgastando ainda mais o já tão frágil e desbotado Governo Lula.

Curiosamente, a esquerda institucional, incorpora em sua retórica política a constatação destes eventos e seus efeitos sobre a população mais empobrecida, denunciando-o, mas não coloca no centro da solução a reforma agrária. Parece que para esta parcela da esquerda brasileira, não existe mais um problema agrário, de relações de poder e de controle e uso das terras e dos bens comuns, mas apenas um aquecimento global de um insano sistema capitalista. Ao não enfrentar a questão agrária da atualidade, esta esquerda nos diz que permanecerá mantendo o sistema

¹ DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.intercriticaVI.05>

² Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Rio Grande do Sul. Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1990). Mestre em Ciências Sociais, pela PUC SP, em 2004 e especialista em agroecologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2010. Em 2017, concluiu doutorado, no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Na década de 1990, contribuiu com a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB) e atualmente colabora com a Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul (COCEARGS) e com a Cooperativa de Serviços Técnicos (COPTEC).



rentista e para o qual é fundamental o desempenho do agronegócio, justificando assim seus imensos privilégios e subvenções (uma enorme massa de dinheiro público carregado para aqueles mesmos que financiaram a tentativa de golpe no dia oito de janeiro/23).

Neste texto de estudo, pretende-se apresentar três aspectos das profundas mudanças ocorridas na agricultura brasileira nestes últimos 25 anos, a saber: a financeirização da agricultura; a comoditização da produção; a mudança na base técnica da produção agrícola. Precedidas de uma introdução do movimento geral do capital financeiro na economia brasileira e agrícola, ao final revelar algumas implicações da reforma agrária popular para o campo.

Abrindo a Porteira para o Capital Financeiro na Agricultura

No final da década de 1990 e início de 2000, com a crise financeira que se abatia no país e com a expansão dos preços internacionais das commodities, o Governo Fernando Henrique Cardoso, em seu segundo mandato, relançou a estratégia dos governos militares³ de superávit na balança comercial.

A busca por superávits primários em nossa balança comercial foi a forma encontrada para obter moeda internacional (dólar), buscando ampliar as reservas cambiais. Tais reservas, junto com a elevada taxa de juros (taxa SELIC), inflação baixa, e cortes do governo com a área social, são indicadores decisivos para entrada do capital especulativo internacional em nossa economia.

Buscando sobretudo ganhar com as altíssimas taxas de juros pagos pelo Governo Federal em seus títulos da dívida pública, os capitais especulativos entram em nossa economia. O Governo Federal recorre a este mecanismo para complementar o Orçamento Geral da União. A entrada destes capitais, além de equilibrar a “balança de pagamentos” do Governo, viabiliza também, o envio de massa de riqueza nacional na forma de juros/dividendos e *royalties*, as matrizes das empresas transnacionais revelando o caráter dependente da nossa economia⁴.

³ Tal estratégia foi utilizada pelo governo João Figueiredo, para fazer frente a crise da dívida externa, no início dos anos 80.

⁴ No ano de 2024, o déficit em transações correntes somou US\$ 56 bi, ainda que na balança comercial registrava-se superávit de US\$ 66,2 bi, sendo o agronegócio o setor expoente deste superavit (ele gerou US\$ 145 bi de saldo nesta balança). Isto se explica pois o déficit em serviços (saída de dólar da nossa economia) somou US\$ 49,7 bi, destacando-se a remessa de dólares à título de lucros e

Foi esta estratégia posta em curso ainda no segundo mandato de FHC que forjou na base econômica do agrário brasileiro esta nova aliança de classes, identificada como agronegócio. Como não se rompe com esta lógica do capital especulativo, todos os sucessivos governos mantiveram tal estrutura macroeconômica de “exportar ou morrer”, buscando ampliar a suas reservas cambiais em dólar para atrair os capitais internacionais. No caso brasileiro, exportar produtos primários, significou exportar produtos minerais (minério de ferro e óleo bruto) e produtos da agropecuária (soja, açúcar, café, polpa celulose, carnes, gado vivo⁵, etc). Um regresso a uma reprimarização para manter alimentando o capital especulativo⁶.

Assim chegamos em 2024, onde o agronegócio exportou US\$ 164,3 bilhões, sendo que em 1999 ele exportava US\$ 20,4 bilhões. Mas o que interessa no modelo macroeconômico é justamente o saldo desta balança, que segundo o agro, ele gerou em 2024, US\$ 145 bilhões. O complexo soja foi o principal setor exportando US\$ 53,9 bilhões. Deste, US\$ 31,6 bi foram exportados para a China⁷ (58,6% da exportação da soja brasileira)⁸, revelando a enorme vulnerabilidade externa deste modelo.

Esta nova articulação econômica, ganhou intenso impulso quando da crise financeira internacional de 2008. Os agentes financeiros institucionais, passaram a trocar títulos “podres” por títulos mais seguros como os títulos de commodities, títulos de propriedade de terra, e ações de empresas agropecuária⁹.

dividendos na ordem de US\$ 45,6 bi, mais remessa de royalties (propriedade intelectual) de US\$ 3,2 bi. Este déficit nas transações correntes não foi maior porque entraram no país a título de “investimentos diretos” US\$ 71,1bi (maior parte capital especulativo de curto prazo, por exemplo, ingresso líquido de US\$ 12,8 bi aplicados em títulos da dívida pública). Apesar disto as reservas cambiais em janeiro/25 era de US\$ 329,7 bi. No entanto, esta lógica compromete, em média 47% do Orçamento Geral da União, para pagamento destes títulos da dívida. Em 2024, o Governo Federal, bateu recorde, pagamento R\$ 998 bilhões de juros desta dívida, uma enorme transferência de recursos da economia nacional para os rentistas.

⁵ Em 2024, o Brasil, exportou US\$ 957 milhões em animais vivos (exceto pescado).

⁶ Cabe lembrar que apesar da propaganda dizer que o agronegócio representa 27% do PIB brasileiro, na realidade a agropecuária representou em média nas duas últimas década, 5% do PIB. Esta enorme diferença, vem pelo uso indevido do agro, de setores que não são agrícolas. Eles incorporam no seu PIB, além da produção agropecuária, a riqueza gerada no setor de insumos, no setor agroindustrial e no setor de serviços ao agro. Imagine se a indústria automobilista assim calcula-se o seu PIB. Entraria nesta conta o látex colhido da seringueira utilizado na vedação do veículo; os derivados de petróleo que gerou o pneu, etc. É assim que o agro calcula o seu PIB.

⁷ Destes US\$ 31,6 bi exportados para China, US\$ 31,4 bi foram de soja em grãos (72,5 milhões de toneladas).

⁸ Além da soja, o segundo produto agrícola em valor exportado para a China em 2024, foi a polpa de celulose na ordem de US\$ 4,6 Bi (44% das exportações deste produto). Outros US\$ 1,4 bi, do setor sucroalcooleiro. Já o complexo carne exportou US\$ 7,8 bi.

⁹ Os fundos de investimentos na agricultura saltaram de 45 em 2005 em todo mundo, para 534 fundos em 2018, destinado investimentos setor agroalimentar.

O Brasil, pela grande extensão territorial e presença de muita terra ociosa, foi alvo destas investidas. Fundos de Pensões Estrangeiros passaram a controlar terras no Brasil, a partir de empresas subsidiárias, como foi o caso do Fundo de Pensão dos professores da Universidade de Haward, que entre 2005 a 2018, tornou-se proprietária de 582 mil hectares em nosso país. Assumiu o controle acionário de 45 empresas nacionais, sendo elas empresas agrícolas, imobiliárias rurais, comercializadoras¹⁰.

Mas não foram só os fundos de pensão estrangeiros que realizaram esta estratégia para valorizar os seus ativos. Fundos de pensões dos trabalhadores de empresas estatais brasileiras também passaram a comprar terra. A PREVI (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil) investiu ao longo deste período US\$ 46,9 milhões em compra de terras. A PETROS (funcionários da Petrobras), investiram outros US\$ 99 milhões. A POSTALIS (funcionários dos Correios), investiu US\$ 134 milhões em terras.

Outro campo de investimento foram a compra de ações de empresas agrícolas. Por exemplo, a Empresa SLC, que controla mais de 660 mil hectares. A comissão de valores mobiliário (quem fiscaliza o mercado financeiro), informou que esta empresa negociou em 2021, em média, R\$ 1 bilhão ao mês, em suas ações. Outro caso foi a “BrasilAgro”, detentora de 280 mil hectares de terra. O BTG e a XP, lançaram em 2006, R\$ 670 milhões em ações. Durante o governo Bolsonaro, suas ações triplicaram de valor.

Percebe-se que o agronegócio, tornou-se um instrumento de redução de risco para as gestoras de investimentos financeiro no mundo (gestoras como a BlackRock, Vanguard, State Street, entre outras). Entre 2017 à 2020, Black Rock, investiu no Brasil, US\$ 8,2 bilhões em empreendimentos do agronegócio que estão associados a invasão de terras indígenas.

Por isto, do ponto de vista ESTRUTURAL não podemos separar o Agronegócio do setor depredador/desmatador/“extrativistas”. O Agronegócio é um todo orgânico. O Setor “Extrativista” (dito por alguns como atrasado) é parte funcional do ciclo de acumulação do capital financeiro no campo. Do ponto de vista TÁTICO, podemos

¹⁰Outro caso muito estudado foi o fundo de pensão dos professores estadunidense da rede ensino, o TIAA. Em 2008, criou no Brasil uma Joint Venture com a COSAN (Mansilla Participações), criando uma série de subsidiárias, dentre elas a Radar (uma imobiliária rural). Com a Radar passaram a ter no Brasil, nada menos que 500 mil hectares em 10 Estados brasileiros.

separá-lo do agronegócio para verificar qual setor ou elo está mais fragilizado e com isto isolá-lo na sociedade e atacá-lo. Mas não se enganem, este setor desmatador/violento/atrasado cumpre uma enorme função neste ciclo de acumulação.

Resumidamente, a financeirização, a grilagem e a privatização das terras e a comoditização da produção agrícola, esta sendo utilizada para salvar o capital em crise. E a regularização fundiária foi o caminho para dar segurança jurídica para o capital financeiro no campo.

O impacto deste processo no Brasil, foi avassalador. O preço da terra disparou com subida ininterruptas, mesmo em períodos em que os preços internacionais das commodities recuaram¹¹. A busca por este Ativo Financeiro (sobretudo o título de propriedade da terra) desencadeou sucessivos conflitos de terras, ampliando-o barbaramente; promoveu o desmatamento desenfreado¹²; concentrou ainda mais a terra avançando sobre as áreas devolutas, públicas, parques nacionais e terras indígenas e quilombolas (e desde Temer, sobre os assentamentos com a promessa da titulação dos lotes familiares)¹³. Não é à toa que quando vivenciamos o golpe desfechado sobre a Presidente Dilma, o primeiro ponto de pauta da Frente Parlamentar da Agropecuária foi a Regularização Fundiária, indicando o acelerado processo de grilagem das terras públicas¹⁴.

Este aumento sucessivo do preço da terra, bloqueou neste período histórico recente o acesso à terra pela modalidade “compra de terra”. Na medida em que não

¹¹No Oeste Baiano, entre 2001 à 2020, o preço da terra no município de Luís Eduardo Magalhães, própria para grãos, com 1.400 a 1.600 mm chuva/ano, evoluiu 661%, sendo que a inflação no período foi de 230% (IPCA).

¹² Em média, durante os governos Temer e Bolsonaro, a Região Amazônica foi desmatada em mais de 1 milhão de hectares/ano e o cerrado entorno de 650 mil hectares/ano. O Pantanal ardeu em fogo e o Pampa, foi degradado pelas pastagens e cultivos de soja. Na região do MATOPIBA, entre 2019 a 2022, foram desmatados 1,7 milhões de hectares de cerrado.

¹³ Com base no *Cadastro de Imóveis Rurais* do INCRA, entre 2003 à 2014, veremos saltar o número de propriedades acima de cem mil hectares. Em 2003, existiam no Brasil, 22 imóveis, incorporando 8,3 milhões de hectares. Já em 2014, isto saltou para 365 imóveis, controlando 138,6 milhões de hectares. Outro dado revelador refere-se ao aumento da área sobre o controle dos imóveis com mais de 15 módulos fiscais (grande propriedade), que em 2016 controlavam 247,6 milhões de hectares e em 2018, passaram a controlar 471 milhões de hectares. Um processo avassalador de grilagem de terras, incorporado ao patrimônio privado. Outro aspecto importante a ser destacado é que o total de área declarada naquele ano (2014), somavam 740,4 milhões de hectares. No entanto, se olharmos o censo agropecuário de 2017, o total de área utilizada somando todas as áreas de Lavoura Permanente, Lavouras Temporárias, Pastagens (natural e permanente), Mata (plantada ou natural), somavam apenas 336,7 milhões de hectares, indicando uma imensa ociosidade das terras no Brasil.

¹⁴Logo atendido pelo novo presidente (Temer) com medida provisória publicada em dezembro/16, legalizando as terras públicas/devolutas na Amazônia Legal, transformada em Lei em 2017.

se atualizam os índices de produtividade¹⁵ não se desapropriaram as fazendas improdutivas, restando ao Governo Federal recorrer ao mercado de terras. Isto explica a existência de famílias acampadas (ainda que dentro das fazendas) a mais de 20 anos em nosso país.

Nestes 25 anos, o modelo macrofinanceiro dirigido pelo capital financeiro, capturou a economia agrícola brasileira. Este controle, refletiu-se numa nova aliança de classes no campo, tornando um inimigo muito poderoso e contrário a reforma agrária. Uma aliança composta pelas empresas transnacionais (atrás das quais estão diferentes fundos de investimentos e outros agentes financeiros), composta também pelas empresas rurais capitalista (um seleto grupo de 43 mil estabelecimentos agrícolas que controlam 49% do valor bruto da produção agrícola) e as fazendas improdutivas a espera de valorização. Tal força no campo tem em seu apoio amplas políticas públicas (curiosamente, políticas promovidas em todos os governos nestes 25 anos, sejam eles neoliberais, neofascistas e neodesenvolvimentistas).

Por isto, a questão agrária na atualidade é vetor da produção de um novo conjunto de contradições explosivas, colocando-a no centro do problema do desenvolvimento capitalista brasileiro, ainda que a esquerda institucional não a reconheça como tal.

Financeirização da Agricultura Brasileira

Nestes últimos 25 anos, a ação do Estado Brasileiro foi intensa, seja operando mudanças no marco jurídico-legal, permitindo a criação de novos instrumentos financeiros, ampliando os mecanismos de financiamento das agroindústrias e do agronegócio, através do mercado de capitais, contando com a presença crescente de investidores internacionais (sobretudo estrangeiros), seja atuando na regularização das terras griladas (o título de propriedade torna a terra um ativo fundiário, objeto recente de financeirização e especulação).

A financeirização aqui não se refere apenas ao financiamento obtido pelos fazendeiros nos volumosos 450-500 bilhões de reais disponibilizados todo ano pelo Governo Federal no Crédito Agrícola (mercado de crédito). Aqui se trata do novo

¹⁵ O Índice de Produtividade vigente até hoje, foi aquele estabelecido em 1980, levando em conta o Censo Agropecuário de 1975. De lá para cá, a produtividade dos cultivos foi enorme, mas não se alteraram tais indicadores.

mercado pelo qual as empresas rurais capitalistas se financiam: o mercado de capitais (inclusive os mercados de futuros).

Desde o primeiro mandato do Governo Lula, representantes do agronegócio, encastelados dentro do MAPA, implantaram proposições abrindo o mercado de capitais para títulos do agronegócio. Surgem aí os títulos *LCR (Letras de Crédito Rural)*, *CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio)*, *CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio)*, além da *CPR (Cédula de Produto Rural)*, criada 1994 (e em 2000, surgiu a *CPR Financeira*). No Governo Bolsonaro, novas alterações são realizadas (conhecidas por *Lei do Agro I* e *Lei do Agro II*), facilitando não só a entrada de pessoas físicas na compra destes títulos (leia-se a classe média¹⁶), como facilitando o desmembramento das propriedades gerando cotas lançadas em Fundos (o tal do FIAGRO, escancarando a porta para entrada do capital internacional na aquisição de terras, driblando a legislação brasileira)¹⁷.

Até março de 2025, estes títulos mobilizaram recursos na ordem de R\$ 548,5 bi (LCA), R\$ 154 bilhões (CRA), R\$ 484,7 bi (CPR), R\$ 35 bi (CDCA) . Além do FIAGRO (outros R\$ 44,2 bilhões alavancados por 138 fundos constituídos até dez/24). Somados todos os títulos, acumulava-se R\$ 1,26 trilhões.

Evidentemente que a forte propaganda do “Agro” (considerado pop, tech, tudo), buscou criar o ambiente favorável para o lançamento destes títulos, seja para o consumo de uma classe média sedenta por valorizar suas poupanças, seja pela crise financeira internacional de 2008, onde os agentes financeiros institucionais trocaram seus títulos “podres” por outros títulos mais seguros.

Mas a financeirização não só abarca títulos de propriedade de terra e de commodities, mas também agora está envolvendo a natureza. O novo código florestal aprovado em 2012, criou o *Cadastro Ambiental Rural* e a *Cota de Reserva Legal*. Atualmente estas cotas estão lastreando títulos negociados no mercado de capitais, variando o seu preço conforme o Bioma, conforme o estado de conservação da mata e do preço da terra na região. Mais recentemente, vemos a entrada em cena dos “créditos de carbono”, gerando outra onda de financeirização da natureza.

¹⁶ Alias, esta é uma novidade histórica. A classe média, financiando indiretamente as grandes fazendas. Um novo agente social, envolvido com rendimentos fundiários.

¹⁷ As leis do Agro I e II, cria o *Patrimônio Rural em Afetação (PRA)* e disto a *Cédula Imobiliária Rural (CIR)*, tornando-se base para cotas disponibilizadas em fundos, captação recursos de investidores, que ao comprarem as cotas, ganharão num determinado tempo, a valorização fundiária que tais terras obtiverem.

A contradição de todo este processo é justamente a constituição de algo novo: uma bolha especulativa fundiária. Um conjunto de títulos lastreados em propriedades da terra¹⁸, com preços supervalorizados, mas que por mudanças conjunturais tais como uma eventual redução de compra de soja pela China¹⁹, ou mudanças macroeconômicas (por exemplo como ocorrido com o Plano Real em 1994) e ou intensas ocupações de terras, podem jogar a taxa de lucro deste setor no chão, forçando a baixa dos preços das terras, desvalorizando estes títulos, explodindo a bolha.

Comoditização da Produção Agrícola

Outro aspecto associado a primeira mudança (financeirização), é a expansão do plantio de commodities em nosso país. A soja foi a expoente deste processo. Muitas das empresas rurais capitalistas, passaram a se financiar, lançando títulos de commodities no mercado de futuros. Chegando ao absurdo de se negociarem safra futuras ainda não plantadas, pois os títulos financeiros lastreados pela promessa de produção futura de commodities, passou a ser objeto de procura por parte dos agentes financeiros.

Esta comoditização, levou a uma concentração da área plantada em quatro produtos. Soja, Milho, Cana de Açúcar, Algodão, concentravam em 2021, pela pesquisa agrícola municipal, 86,3% da área colhida e 94% do volume de produção obtida.

No entanto, tal estratégia desindustrializa o país, quebra economicamente os governos estaduais, na medida que se isenta de ICMS, tais exportações e tornam nossa economia altamente vulnerável as oscilações externas, além de encarecer os preços internos dos alimentos.

A desindustrialização é consequência lógica do modo operantes da classe dominante brasileira, que prefere exportador produto in natura do que correr o risco de industrializá-la (uma burguesia rentista, ou de “galpão” como diria alguns

¹⁸ Cabe ainda observar que para alguns destes títulos não se exige a escritura da terra, bastando apenas o registro no *Cadastro Ambiental Rural*, dispensando a comprovação da titularidade da terra, facilitando a entrada de terras griladas ainda não tituladas, nestes mercados.

¹⁹ Notem que a área plantada de soja na China vem crescendo. Em 2015, a área plantada era de 660 milhões de hectares. Já em 2023, esta cresceu para 695 milhões de hectares.

economistas²⁰). Por exemplo, a soja exportada em 2024 (US\$ 53,9 bi), quase 80% foi soja em grão (US\$ 42,9 bi), o que implica em dizer que não se gerou um único emprego depois da colheita da soja, a não ser o emprego do caminhoneiro que levou a soja para o porto. Com o café não é diferente: foi exportado US\$ 12,3 bi, sendo que 92% em café verde (US\$ 11,3 bi). O açúcar a mesma coisa e assim vai para diferentes produtos.

O efeito é direto nas contas públicas dos governos estaduais, que ao não agregar valor aos produtos primários e promover a industrialização, não ativam suas economias, esterilizando o emprego e a renda. Agravado com a isenção tributária do ICMS para a exportação destes produtos primários. O Governo Estadual do Mato Grosso, por exemplo, em 2022 renunciou R\$ 8 bi de ICMS (desoneração fiscal maior do que toda a arrecadação de impostos do governo, que naquele ano arrecadou R\$ 5,9 bi em tributos). Quanto aos tributos federais (CONFINS, CSLL, IPI), a cadeia produtiva da soja, foi favorecida com a renúncia fiscal na ordem de R\$ 56,8 bi (este valor é o dobro da renúncia fiscal do governo federal para os produtos que compõem a cesta básica).

Deve-se acrescentar neste conjunto de incentivos fiscais outras regalias obtidas pelo agronegócio, expresso nas subvenções do crédito rural²¹, isenções no imposto de rendas das pessoas físicas e jurídicas, além da baixíssima cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR). Enfim, uma grande generosidade do Estado brasileiro, com este setor.

Outro agravante desta comoditização da matriz de produção brasileira, é justamente a redução da área plantada com alimentos para o mercado interno. É brutal a redução de áreas com o plantio de feijão, de arroz, do trigo, da mandioca, da batata, entre outros.

Acresce-se a este contexto, a especulação desferida pelo capital financeiro sobre a nossa moeda (real) para desafiar o terceiro governo lula, implicando no

²⁰ Economistas como Marcio Pochmann, identifica um acordo velado entre o Governo de FHC e a Burguesia, para financiar o Estado Brasileiro. Para ele, houve uma troca no mecanismo de financiamento: deixou-se de taxar os rendimentos da Burguesia (um exemplo foi a isenção de Imposto de Renda quando da transferência do lucro da empresa/CNPJ para o CPF do seu dono, vigente até hoje) e em troca a burguesia passaria a financiar o Estado através das compras dos títulos públicos do Governo Federal, ganhando com os juros pagos por esses títulos.

²¹ O Tesouro Nacional, equaliza a taxa de juros neste crédito. Ou melhor, o governo paga para o banco que fornece o crédito rural o valor da diferença entre a taxa de juro praticada pelo mercado e a taxa de juros aplicadas no crédito rural. Na safra 2024/25, estimasse um gasto de R\$ 3,5 bilhões de subvenções dos juros, somente para o PRONAF.

aumento do dólar (desvalorização do real). Como não há mais controle sobre o estoque de alimentos, estando ele nas mãos de empresas comerciais, tal ambiente econômico (real desvalorizado), favorecesse a exportação, implicando no aumento dos preços internos, gerando a “inflação dos alimentos”. Mas se olharmos o volume de exportação ao longo dos últimos 25 anos será fácil compreender as razões da escalada dos preços dos alimentos. Desde 1999, a exportação de carne bovina, milho, arroz, café, entre outros produtos dispararam. Exportações concentradas em poucos países como a China, ampliando nossa vulnerabilidade externa.

Mudança na Base Técnica da Produção

Nestes 25 anos de controle do capital financeiro sobre a agricultura, aquela base técnica centrada na química, na genética e na mecânica, foi fortemente intensificada, mas agora com profundas mudanças tecnológicas. Na genética, não se trata mais de sementes híbridas, mas de sementes geneticamente modificadas, conhecidas como sementes transgênicas²². Tais mudanças estão associadas ao intenso uso de agrotóxico, neste caso os herbicidas. E as máquinas incorporaram a microeletrônica, dispondo de computadores a bordo, geo-referenciamento, sensores, ao ponto que já existem tratores guiados sem tratoristas. Tais máquinas, na medida que avançar a tecnologia 5 G, se comunicarão entre si (drones compartilhando informações com tratores que ao operarem se autoajustam), constituindo o que se apelidou de “internet das coisas”. Este conjunto de informações são armazenados em grandes plataformas de dados, controladas pelas BIG TECHS, formando um painel detalhado da produção agrícola mundial (um imenso controle da informação, concentrado poder em poucas empresas de tecnologia).

Mas as implicações destas mudanças técnicas, significaram também o aumento no consumo de agrotóxico. Chegamos à estimativa de mais de um bilhão de litros de venenos aplicados em nossas lavouras. Durante o governo Bolsonaro foram liberados 2.182 agrotóxicos. Em 2024, o Governo Lula, liberou outros 663, além dos 555 liberados em 2023.

²² Cabe lembrar que foi o governo Lula que legalizou o plantio dos transgênicos. O primeiro passo foi legalizar as lavouras plantadas com sementes transgênicas de soja, contrabandeadas no sul do país. Para isto, o Governo Lula, editou, em 2003, a Medida Provisória nº 113. Já em 2005, a liberação dos transgênicos ganhou segurança jurídica com a Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105).

Além do aumento de uso de fertilizantes químicos-sintéticos. Pelo censo agropecuário de 2017, utilizou-se no Brasil, 17,9 milhões de toneladas de NPK²³.

Quanto aos transgênicos, 99% da área plantada de soja é com esta semente. Para o algodão, a área chegou a 98%. E o pior disto tudo, refere-se ao milho (cultivo com polinização cruzada e por isto com fácil contaminação) apresentou uma área plantada de 91% com sementes transgênicas.

Não é à toa que o custo de produção cresceu muito ao longo destes 25 anos. Se na safra de soja em 1999/2000, o custo da semente representava 4,6% dos custos de produção, em 2019/20, este custo saltou para 17,2%. O mesmo vale para o custo dos fertilizantes químicos-sintéticos que saltaram de 8% para 25,5%. E o custo dos agrotóxicos, saltaram de 16% para 22%. Ainda que a produtividade da soja neste período tenha saltado de 2.395kg/ha para 3.381kg/há, os ganhos são cada vez mais apertados, requerendo maior escala de produção. Mas todo este esforço produtivo é transferido para as mãos das transnacionais que atuam nestes segmentos (sementes, química, fertilizantes, máquinas).

Implicações deste Modelo à Agricultura Familiar

Os efeitos do capital financeiro no campo, são devastadores às comunidades tradicionais e à agricultura familiar e camponesa. Além do aumento do arrendamento das terras da agricultura familiar e das famílias assentadas, este modelo é impositivo e autoritário. Como já indicado, a violência perpetuada pelos grileiros de terras, o desmatamento acelerado, as secas de riachos e fontes geradas pelos monocultivos de eucalipto e pela irrigação de imensas lavouras de grãos (soja e milho) com pivô central, assolam as comunidades camponesas; e aqueles que resistem sofrem com as derivas de agrotóxico, inviabilizando os cultivos do autoconsumo.

Ainda que pese as mudanças metodológicas do último censo agropecuário de 2017, já indicam o efeito deletério deste modelo agrícola sobre as populações camponesas. A agricultura familiar, perdeu peso econômica e social, entre o censo de 2006 à 2017.

²³ Esta matriz técnica de produção também aumenta a vulnerabilidade externa da economia agrícola. No caso dos fertilizantes, 85% do adubo na safra de 2021, eram importados. Dos 45,8 milhões de toneladas de adubo utilizados, 39,2% vieram do exterior.

Do ponto de vista econômico, sua área reduziu 788.000 hectares. Ao mesmo tempo, a participação da agricultura familiar no Valor da Produção, em 2006 era de 33%, e em 2017 caiu para 23%. E suas receitas declinaram de 29,3% do total para 22,3%, em 2017.

A redução do emprego agrícola foi verificada na agricultura familiar. De 4,3 milhões de pessoas envolvidas com o trabalho agrícola na agricultura familiar em 2006, declinou para 3,8 milhões em 2017. Uma redução de 468.859 mil postos de trabalho.

A participação da agricultura familiar na produção de alimentos também caiu. Na produção de Arroz, em 2006, ela era responsável por 33%, já em 2017 sua participação caiu para 11%. Na produção do Feijão Preto a participação caiu de 76% (2006), para 42% (2017) e no Feijão de Cor, a participação declina de 53,5% para 11,6%. Quanto ao Milho, o cenário não é diferente. Em 2006, a agricultura familiar era responsável por 45,6% da produção de milho, reduzindo para 12,4% em 2017.

A consequência deste processo foi a redução do número de estabelecimentos agrícolas considerados agricultura familiar. Em 2017, a agricultura familiar perdeu 468.000 estabelecimentos agrícolas se comparado com o Censo de 2006. Em 2017, eram considerados agricultura familiar, 3,8 milhões de estabelecimentos agrícolas²⁴.

A população no campo também declinou. Pelo Censo Demográfico de 2022, viviam no campo 25,5 milhões de pessoas (12,56% da população brasileira). Estados onde a modernização conservadora da agricultura se colocou ainda na década 1970, apresentaram índices ainda menores, como o caso do Estado de São Paulo, com uma população no campo de 1,4 milhão de pessoas representando 3,18% da população e o Rio de Janeiro com apenas 2,1% da população no campo. Além de ter ampliado o envelhecimento da população no campo (população acima de 60 anos representava 4,1 milhões de pessoas em 2020. Em 2012, eram 3,4 milhões). Tal fato, tornou a aposentadoria rural essencial às populações que vivem no campo (são 9,6 milhões de benefícios pagos, sendo 49% destes no Nordeste). Por outro lado, a PNAD de 2020, indicou que 37% da população rural jovem, nem estuda e nem trabalha.

²⁴ Deste 3,8 milhões de estabelecimentos, somente 1,5 milhões acessaram o PRONAF em 2020. Do conjunto dos contratos do PRONAF, naquele ano, 60% eram contratos para custeio de soja e milho. Este é a parcela da agricultura familiar inserida no mercado, promovendo o “agronegócio”. A pergunta que decorre é “qual a política pública para os outros 2,3 milhões de estabelecimentos agrícolas”?

Implicações da Reforma Agrária Popular para o Campo Brasileiro

Como indicado neste texto o inimigo no campo se qualificou. E se mudou o inimigo, teremos de ajustar a estratégia política do movimento. Por isto, definiu-se no Programa Agrário do MST, a *Reforma Agrária Popular* como horizonte estratégico, reorientando as nossas ações táticas e operacionais.

O “Popular” aqui não é um mero adjetivo. Mas ao contrário, trata-se de um “substantivo”, pois com ele o MST esta indicando que a reforma agrária só será obra dos trabalhadores sem-terra organizados e em luta, não esperando por promessas de governos e muito menos da burguesia que agora se tornou rentista. É na luta direta que se arrancará as terras do agronegócio. É no enfrentamento a grande fazenda e no conflito. Pois, como indicado, não mais espaço para uma Reforma Agrária Clássica (de desenvolvimento capitalista do campo, pois isto já se realizou durante o regime militar, modernizando o latifúndio, e agora aprofundando sua base técnica orientado pelo capital financeiro)

Mas é “popular”, pois a Reforma Agrária interessa ao conjunto da classe trabalhadora como forma de combater a crise climática e garantir oferta de alimentos saudáveis a nossa população. O Agronegócio, como já demonstrado, é o oposto disto.

Assim, trata-se de uma reforma agrária, para além de distribuição terra, tornando nossa sociedade mais democrática (e quebrando o poder político dos “fazendeiros”). Ela também deverá promover a *Produção de Alimentos em bases Agroecológicas*, estimulando a *Cooperação Agrícola* entre as famílias assentadas, aumentando a produtividade do trabalho e agregando valor a produção através da *Agroindustrialização Cooperativada*.

Para esta revolução das forças produtivas das famílias camponesas, o MST, já desenvolveu o caminho, seja produzindo, através das suas Biofábricas, os “bioinsumos” necessários para ampliar a produtividade física das terras dos assentamentos, seja aumentando a produtividade do trabalho com a introdução de máquinas agrícolas de pequeno porte em diferentes cultivos, em parceria com o Governo chinês.

Além de dominar plenamente um conjunto de manejos agroecológicos, destacando-se os *Sistema Agroflorestais* e o *Sistema de Plantio Direto de Hortaliças*

(SPDH), para os diferentes cultivos, seja através do *Pastoreio Racional Voisin* (PRV) para a criação animal.

No entanto, Reforma Agrária Popular, não pode parar na dimensão das mudanças técnico-produtiva, almejando o aumento da renda das famílias. Ela também tem a missão de elevar o *Padrão Cultural* de nossas comunidades e das famílias que nelas convivem.

Almeja-se camponesas cultos, seja pelo acesso a escolarização, seja pelo acesso ao patrimônio cultura desenvolvida pela humanidade (teatro, cine, literatura, artes plásticas, etc.) promovendo novas relações de gênero e geracionais, combatendo o patriarcado e a violência as mulheres. Como também revolucionando a participação social, seja na gestão dos assentamentos, seja na gestão dos empreendimentos econômicos (cooperativas, associações, condomínios produtivos, grupos informais, etc.).

Promovendo a Reforma Agrária Popular, o MST, ampliará sua força política contribuindo para com o projeto sonhado do socialismo, ampliando força social para com o conjunto da classe trabalhadora promover as grandes transformações que o povo brasileiro necessita.

Apesar do rumo bem delineado (reforma agrária popular) que nos ajuda na caminhada da afirmação de outro tipo de agricultura e de convivência no campo brasileiro, não bastando, portanto, a denúncia (precisamos do ponto de vista concreto, afirmar o nosso horizonte e construí-lo no cotidiano das famílias assentadas), precisaremos também de pessoas que sejam capazes de promover este projeto nas realidades concretas.

Por isto, nosso projeto educativo, busca conectar a dimensão tecnológica, com a dimensão político-ideológica e com a dimensão humanista, buscando construir seres humanos capaz de efetivar o projeto da reforma agrária popular, possuindo senso crítico da realidade, possuindo também um rico conhecimento politécnico e um forte componente organizativo (saber organizar as pessoas para ações coletivas que solucionem os problemas de suas comunidades).

Talvez este seja o passo a ser dando pelo pensamento crítico: combinar as diferentes resistências e as lutas populares a um projeto político comum, e ir além do senso crítico, construídos sujeitos capazes de se organizar e de organizar o povo.